



NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS DE 2 a 11 DE JANEIRO DE 2019

ATIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

ÚLTIMOS DIPLOMAS APROVADOS

[Decreto da Assembleia 264/XIII](#)

Direito a juros indemnizatórios em caso de pagamento indevido de prestações tributárias fundado em normas inconstitucionais ou ilegais, alterando a Lei Geral Tributária

[Decreto da Assembleia 263/XIII](#)

Vigésima terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, transpondo a Diretiva (UE) 2017/2103, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de novembro de 2017

AMBIENTE

[Portaria n.º 6-A/2019 - Diário da República n.º 3/2019, 1º Suplemento, Série I de 2019-01-04](#)

Finanças

Fixa a taxa do adicionamento sobre as emissões de CO₂ (índice 2) previsto no artigo 92.º-A do CIEC e o valor do adicionamento resultante da aplicação dessa taxa aos fatores de adicionamento relativos a cada produto

ARRENDAMENTO

[Lei n.º 2/2019 - Diário da República n.º 6/2019, Série I de 2019-01-09](#)

Assembleia da República

Autoriza o Governo a aprovar um regime especial de tributação que preveja a isenção de tributação dos rendimentos prediais decorrentes de arrendamento ou subarrendamento habitacional no âmbito do Programa de Arrendamento Acessível

[Lei n.º 3/2019 - Diário da República n.º 6/2019, Série I de 2019-01-09](#)

Assembleia da República

Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e cria condições de acesso a incentivos fiscais em programas de construção de habitação para renda acessível

ENERGIA

[Lei n.º 5/2019 - Diário da República n.º 8/2019, Série I de 2019-01-11](#)

Assembleia da República

Regime de cumprimento do dever de informação do comercializador de energia ao consumidor

[Resolução da Assembleia da República n.º 2/2019 - Diário da República n.º 5/2019, Série I de 2019-01-08](#)

Assembleia da República

Suspensão do prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Pagamento de Rendas Excessivas aos Produtores de Eletricidade, entre 21 de dezembro de 2018 e 8 de janeiro de 2019, e prorrogação do prazo do inquérito por mais 60 dias

FINANCEIRO

BANCO DE PORTUGAL

[Nota de Informação Estatística – Emissões de títulos - novembro de 2018](#)

11 jan. 2019

[Nota de Informação Estatística - Contas nacionais financeiras - 3.º trimestre de 2018](#)

10 jan. 2019

[Nota de Informação Estatística - Estatísticas bancárias Internacionais em base consolidada - 3.º trimestre de 2018](#)

09 jan. 2019

[Nota de Informação Estatística - Empréstimos e depósitos bancários - novembro de 2018](#)

08 jan. 2019

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

[Nota de Informação Estatística - Empréstimos e depósitos bancários - novembro de 2018](#)

08 jan. 2019

[Nota de Informação Estatística - Taxas de juro de novas operações de empréstimos e depósitos - novembro de 2018](#)

08 jan. 2019

[Nota de Informação Estatística - Empréstimos concedidos pelo setor financeiro – novembro de 2018](#)

04 jan. 2019

[Nota de Informação Estatística - Dívida pública - novembro de 2018](#)

02 jan. 2019

[Nota de Informação Estatística - Dívida pública - novembro de 2018](#)

02 jan. 2019

CMVM – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

[Indicadores mensais dos fundos de investimento mobiliário](#)

[Indicadores mensais de receção de ordens - dezembro de 2018](#)

[Consulta pública relativa às alterações ao Regulamento sobre reclamações e resolução de conflitos](#)

[Regulamento da CMVM que altera os deveres relativos ao exercício de atividades de intermediação financeira](#)

[Indicadores mensais do mercado de capitais português – dezembro de 2018](#)

[Regulamento da CMVM relativo à prestação de informação sobre derivados de mercadorias ou licenças de emissão e respetivos derivados](#)

[Regulamento da CMVM relativo à prestação de informação pelas entidades gestoras de plataformas de negociação de derivados de mercadorias](#)

FISCAL

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 8-A/2019 - Diário da República n.º 8/2019, 1º Suplemento, Série I de 2019-01-11](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Autoriza a emissão de dívida pública, em execução do Orçamento do Estado para 2019

SAÚDE

[Aviso n.º 1/2019 - Diário da República n.º 4/2019, Série I de 2019-01-07](#)

Negócios Estrangeiros

Torna público que a República Portuguesa depositou o seu instrumento de ratificação à Convenção do Conselho da Europa relativa à Contrafação de Medicamentos e Infrações Semelhantes que envolvam Ameaças à Saúde Pública, aberto à assinatura em Moscovo, em 28 de outubro de 2011

[Portaria n.º 3/2019 - Diário da República n.º 2/2019, Série I de 2019-01-03](#)

Saúde

Procede à primeira alteração à [Portaria n.º 352/2012](#), de 30 de outubro, que regula o procedimento de licenciamento e de atribuição de alvará a novas farmácias, a transferência da localização de farmácias e o averbamento no alvará e os custos a suportar pelos requerentes pela prática de atos previstos nesta portaria ou no [Decreto-Lei n.º 307/2007](#), bem como pela emissão de certidões

[Resolução da Assembleia da República n.º 1/2019 - Diário da República n.º 1/2019, Série I de 2019-01-02](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo o reforço da resposta do Serviço Nacional de Saúde ao nível dos cuidados continuados

TRABALHO

[Lei n.º 4/2019 - Diário da República n.º 7/2019, Série I de 2019-01-10](#)

Assembleia da República

Estabelece o sistema de quotas de emprego para pessoas com deficiência, com um grau de incapacidade igual ou superior a 60 %

PORTAL DO GOVERNO

COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 3 DE JANEIRO DE 2019

[Foi aprovado, entre outros, o seguinte:](#)

1. O Conselho de Ministros aprovou a proposta de lei que regula a utilização de aeronaves não tripuladas ("drones") e estabelece as regras de operação e de autorização quanto à sua utilização civil no espaço aéreo nacional.

Perante o fácil acesso a este tipo de equipamento e o potencial de risco a ele associado, impunha-se a criação de um quadro normativo de fácil entendimento que determinasse as regras de operação no espaço público, sem inibir o potencial desenvolvimento de atividades económicas, de inovação e de atração de investimento.

Nesse sentido, além de definir regras claras de operação, esta proposta de lei consagra a adoção de mecanismos de prevenção que mitiguem o risco associado ao uso destes equipamentos, assim como a capacitação das entidades com competência de fiscalização, de forma a garantir um controlo eficaz sempre que a operação de drones possa constituir uma ameaça para a segurança pública ou para o património natural protegido.

2. Foi aprovada a proposta de lei, a submeter à Assembleia da República, que reformula e amplia o Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE).

O SIOE pode ser entendido como um sistema de informação, único e transversal, de caracterização organizacional de todos os serviços e entidades públicas, incluindo os respetivos recursos humanos, com particular incidência no que respeita aos organismos da Administração direta e indireta do Estado.

O diploma aprovado visa a reforma e robustecimento do sistema atualmente existente, nomeadamente através do enriquecimento da informação nele constante, de forma a garantir um melhor conhecimento da Administração Pública e dos seus recursos humanos, contribuindo para uma melhoria substancial e uma mais sustentada definição das políticas públicas.

3. Foi aprovado o decreto-lei que estabelece as regras aplicáveis à comunicação eletrónica entre o registo comercial nacional e os registos de outros Estados-Membros da União Europeia, transpondo a Diretiva 2012/17/UE.

Este diploma facilita o intercâmbio de informação entre os registos comerciais da UE e a disponibilização da informação e dos documentos constantes do registo comercial nacional, permitindo que Portugal se associe ao BRIS – Business Register Interconnection System.

COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 10 DE JANEIRO DE 2019

[Foi aprovado, entre outros, o seguinte:](#)

1. O Conselho de Ministros apreciou o Programa Nacional de Investimentos 2030, tendo decidido submetê-lo à Assembleia da República.

2. Foi aprovado o decreto-lei relativo ao regime das sociedades de investimento e gestão imobiliária.

É criado o regime jurídico das sociedades de investimento e gestão imobiliária (SIGI), constituídas como um veículo de promoção do investimento e de dinamização do mercado imobiliário, em particular do mercado de arrendamento. Acompanha-se, deste modo, uma tendência já consagrada noutros mercados europeus de referência, beneficiando da experiência de alguns Estados Membros, que há alguns anos regulam este tipo de sociedades, habitualmente denominadas de Real Estate Investment Trusts.

3. Foi aprovada a proposta de lei, a submeter à Assembleia da República, que autoriza o Governo a aprovar um regime jurídico do exercício da atividade de segurança privada armada a bordo de navios que arvoem bandeira portuguesa e que atravessem áreas de alto risco de pirataria.

A autorização legislativa em causa permitirá ao Governo criar um regime que permite aos armadores de navios nacionais contratar empresas de segurança privada para a prestação de serviços de segurança a bordo, com recurso a armas e munições adequadas aos propósitos de proteção, desde que atravessem áreas de alto risco de pirataria.

São garantidos os mecanismos de segurança pública necessários, mediante a consagração de um quadro legal que assegure a efetiva capacidade de proteção dos navios, em articulação com a garantia adequada de segurança pública, tendo em conta a subsidiariedade das atividades, ações e mecanismos e a proporcionalidade dos meios e recursos.

4. Foi aprovada a resolução que autoriza o IGCP a emitir dívida pública, de acordo com os limites e com as finalidades estabelecidas no Orçamento do Estado para 2019, aprovado pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro.

UNIÃO EUROPEIA

JORNAL OFICIAL DA UE

[Aviso relativo à data de entrada em vigor do Acordo entre a União Europeia e o Japão para uma Parceria Económica](#)

[Regulamento \(UE\) 2019/26 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de janeiro de 2019, que complementa a legislação da União em matéria de homologação no que diz respeito à saída do Reino Unido da União Europeia](#)

[Regulamento \(UE\) 2019/4 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de dezembro de 2018, relativo ao fabrico, à colocação no mercado e à utilização de alimentos medicamentosos para animais, que altera o Regulamento \(CE\) n.º 183/2005 do Parlamento Europeu e do Conselho e revoga a Diretiva 90/167/CEE do Conselho](#)

[Regulamento \(EU\) 2019/5 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de dezembro de 2018, que altera o Regulamento \(CE\) n.º 726/2004 que estabelece procedimentos comunitários de autorização e de fiscalização de medicamentos para uso humano e veterinário e que institui uma Agência Europeia de Medicamentos, o Regulamento \(CE\) n.º 1901/2006 relativo a medicamentos para uso pediátrico e a Diretiva 2001/83/CE que estabelece um código comunitário relativo aos medicamentos para uso humano](#)

[Regulamento \(UE\) 2019/6 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de dezembro de 2018, relativo aos medicamentos veterinários e que revoga a Diretiva 2001/82/CE](#)

COMUNICADOS DE IMPRENSA

[Comissão levanta o «cartão amarelo» contra a Tailândia, tendo em conta a ação deste país contra a pesca ilegal](#)

A presente Newslextter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstrata, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslextter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contate-nos: plmjlaw@plmj.pt.

 Melhor Sociedade de Advogados
no Serviço ao Cliente
Chambers European Awards 2018

 Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano
Who's Who Legal 2017-2015, 2011-2006
The Lawyer European Awards - 2015, 2012
Chambers European Excellence Awards 2014, 2012, 2009

 Top 50 - Sociedades de Advogados
mais Inovadoras da Europa
Financial Times - Innovative Lawyers Awards 2017-2011